



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	02	de proc.
n.º	148	do 19 93
<i>slc</i>		

J U S T I F I C A T I V A

Planejamento Familiar não é coercitivo, apenas educativo. Pretende ensinar a população como planejar uma família, evitar a gravidez indesejada e o aborto. Também pretende mostrar a importância da paternidade responsável.

O grande número de abortos (causa de inúmeras internações nos hospitais, de acordo com o SUDS) demonstra o desejo da população de limitar o número de filhos, mesmo usando este método drástico e perigoso.

De acordo com a Constituição Estadual em seu artigo 223 Inciso X: "garantia do direito à auto-regulação da fertilidade como livre decisão do homem, da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, provendo por meios educacionais, científicos e assistenciais para assegurá-lo, vedada qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições públicas ou privadas".

Dados da Organização Mundial de Saúde reforçam a justificativa: há 36 milhões de menores carentes no Brasil. Nasce 6 crianças por minuto no Brasil, sendo que 4 terão algum tipo de deficiência. Existe 1 milhão de adolescentes grávidas por ano no país e 3 milhões de abortos. Em São Paulo, o Estado com maior recurso, morre uma mulher por mês, vítimas de aborto clandestino.

O Brasil é a 10ª potência econômica e está classificado em 51º lugar em qualidade de vida, o que revela que a maior necessidade do povo é a informação de como planejar sua vida que é a grande meta do Planejamento Familiar.